

As categorias que se enquadram em cada faixa

Primeira faixa - de R\$ 700 para R\$ 765 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ agricultura e pecuária;
- ▶ indústrias extrativas e beneficiamento;
- ▶ empresas de pesca e aquicultura;
- ▶ empregados domésticos;
- ▶ indústrias da construção civil;
- ▶ indústrias de instrumentos musicais e brinquedos;
- ▶ estabelecimentos hípicas;
- ▶ empregados motociclistas, motoboys e do transporte em geral, exceto os motoristas.

Segunda faixa - de R\$ 725 para R\$ 793 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ indústrias do vestuário e calçado;
- ▶ indústrias de fiação e tecelagem;
- ▶ indústrias de artefatos de couro;
- ▶ indústrias do papel, papelão e cortiça;
- ▶ empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas;
- ▶ empregados da administração das empresas proprietárias de jornais e revistas;
- ▶ empregados em estabelecimentos de serviços de saúde;
- ▶ empregados em empresas de comunicações e telemarketing;
- ▶ indústrias do mobiliário.

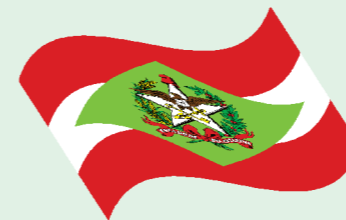
Terceira faixa - de R\$ 764 para R\$ 835 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ indústrias químicas e farmacêuticas;
- ▶ indústrias cinematográficas;
- ▶ indústrias da alimentação;
- ▶ empregados no comércio em geral;
- ▶ empregados de agentes autônomos do comércio.

Quarta faixa - de R\$ 800 para R\$ 875 - inclui trabalhadoras e trabalhadores:

- ▶ indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico;
- ▶ indústrias gráficas;
- ▶ indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana;
- ▶ indústrias de artefatos de borracha;
- ▶ empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e crédito;
- ▶ edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares, em turismo e hospitalidade;
- ▶ indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas;
- ▶ auxiliares em administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino);
- ▶ empregados em estabelecimento de cultura;
- ▶ empregados em processamento de dados;
- ▶ empregados motoristas do transporte em geral.

LEI COMPLEMENTAR Nº 593, DE 25 DE MARÇO DE 2013



Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

I – R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para os trabalhadores:

.....

II – R\$ 793,00 (setecentos e noventa e três reais) para os trabalhadores:

.....

III – R\$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais) para os trabalhadores:

.....

IV – R\$ 875,00 (oitocentos e setenta e cinco reais) para os trabalhadores:

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Florianópolis, 25 de março de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

TRABALHADORAS e TRABALHADORES
de SANTA CATARINA

Novo Piso
já está
valendo

O novo Piso Salarial Estadual foi
sancionado pelo governador do
Estado no dia 25 de março de 2013
(Lei Complementar 593)

Federações de
Trabalhadores:



FETRAMASC

Centrais Sindicais:



NOVA CENTRAL
SINDICAL DE TRABALHADORES



Novo Piso já está valendo

O novo Piso Salarial Estadual foi sancionado pelo governador do Estado no dia 25 de março de 2013 (Lei Complementar 593).



Governador recebe documento do Acordo no Palácio da Agrônômica

Alesc aprovou por unanimidade

Os novos valores do Piso Estadual de Santa Catarina foram aprovados no Plenário da Assembleia Legislativa no dia 13 de março, por unanimidade, após passar pelas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e do Trabalho, Administração e Serviço Público, onde tramitou em Regime de Urgência.

Direito adquirido é direito garantido

É direito das trabalhadoras e trabalhadores receberem o novo salário retroativo a 1º de janeiro de 2013, independentemente da data em que a Lei foi sancionada pelo governo do estado. O Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos) orienta aos trabalhadores para que procurem o Sindicato em casos de descumprimento do acordo por parte do patrão.



Comissão de negociação dos trabalhadores reúne Centrais, Federações e Dieese



Momento de assinatura do Acordo pelo reajuste do Piso, na Fiesc

Veja abaixo a tabela com o reajuste das quatro faixas salariais:

2012	2013	Reajuste
R\$ 700,00	R\$ 765,00	9,29%
R\$ 725,00	R\$ 793,00	9,38%
R\$ 764,00	R\$ 835,00	9,29%
R\$ 800,00	R\$ 875,00	9,38%



Comissões de negociação dos trabalhadores e patrões, na Fiesc

Unidade será mantida

A participação das centrais sindicais será mantida ao longo do processo de criação de uma política de reajuste para o Piso Salarial Estadual e a unidade da classe trabalhadora é fundamental para que isso aconteça.

Prossegue abaixo-assinado

As entidades sindicais de todo o estado prosseguem com a coleta de assinaturas para garantir o reajuste automático do Piso Salarial Estadual através de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Já foram coletadas mais de 40 mil das 50 mil assinaturas necessárias. "Vamos completar esse número, porque vai fortalecer a nossa negociação com os empresários", argumenta o diretor sindical do Dieese, Ivo Castanheira. As centrais sindicais, federações e sindicatos querem discutir com a classe patronal uma política de reajuste do Piso Estadual, a exemplo do Salário Mínimo Nacional: "Queremos assinar um acordo que contemple a variação da inflação, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e que tenha a duração de pelo menos quatro anos", adianta Ivo Castanheira.

Reajuste é retroativo a 1º de janeiro

O percentual de reajuste do Piso Salarial Estadual varia de 9,28% a 9,38%. A primeira faixa salarial teve aumento de R\$ 700 para R\$ 765. A segunda faixa, que até então recebia R\$ 725, passou para R\$ 793. A terceira teve incremento de R\$ 764 para R\$ 835. A quarta e última faixa salarial passou de R\$ 800 para R\$ 875.



Comissão de negociação dos trabalhadores reunida na Fecesc

Negociação começou ano passado

O processo de reajuste do Piso Salarial Estadual para 2013 começou já no ano passado. A primeira rodada aconteceu dia 22 de outubro, na sede da federação patronal, a Fiesc, em Florianópolis. A Comissão de Negociação que representa os trabalhadores é composta pelas Centrais Sindicais, Federações e Dieese que, naquela data, entregou ao representante patronal a pauta de reivindicações da classe trabalhadora.

A segunda rodada foi em 10 de dezembro, sem consenso.

A terceira rodada aconteceu em 18 de dezembro, novamente sem consenso entre as partes.

As reivindicações incluem a recuperação, ao menos em parte, das perdas decorrentes do acordo assinado em 2012, quando o reajuste ficou 4% abaixo do concedido ao Salário Mínimo Nacional (14,3%).

A quarta e última rodada foi em 16 de janeiro, com o fechamento do acordo.

No dia 21 de janeiro o projeto foi entregue ao governador do Estado, Raimundo Colombo, no Palácio da Agrônômica, em Florianópolis.

"A negociação do reajuste do Piso Salarial Estadual é uma das mais importantes para o movimento sindical dos trabalhadores", enfatizou o diretor sindical do Dieese, Ivo Castanheira, "porque serve de parâmetro para as negociações salariais de todas as categorias de trabalhadores, no estado". Castanheira lembrou que o Piso Estadual "é uma política de melhoria salarial para os menos favorecidos e contribui com o consumo interno de Santa Catarina".

No dia 13 de março a Assembleia Legislativa aprovou o novo Piso Salarial Estadual e encaminhou o Projeto novamente para a sanção do governador.

A Conquista do Piso Estadual

As trabalhadoras e trabalhadores de Santa Catarina conquistaram o Piso Salarial em 2009, graças à união das centrais sindicais, federações e sindicatos. A luta pela implantação do Piso Estadual começou em 2006, quando todas as centrais de trabalhadores, federações, sindicatos e Dieese decidiram que estava na hora de beneficiar as trabalhadoras e trabalhadores de Santa Catarina com um salário melhor. Até então, somente Santa Catarina não tinha Piso Estadual entre os estados do sul do Brasil.



Foram quatro rodadas de negociações até se chegar ao Acordo